



SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	5
3. Requisitos do fornecedor	7
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	9
5. Modelo de gestão	10
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	10
7. Obrigações do fornecedor beneficiário	11
8. Obrigações da contratante	11
9. Regime de execução	12
10. Condições de recebimento do objeto	13
11. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	13
12. Forma de pagamento	13
13. Condições de reajuste	14
14. Garantia contratual	14
15. Plano de contratações	14
16. Responsável pela elaboração do TR	14
ANEXO I	16
1. Especificações técnicas do objeto	16
2. Critérios e práticas de sustentabilidade	18
ANEXO II	19
1. Valor estimado da contratação	19





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

TERMO DE REFERÊNCIA 16/2025 (SPOL)

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviços de locação diária de grade de alambrado com escoramento, incluídos os serviços de montagem e desmontagem, para manifestações e eventos na área do Congresso Nacional e adjacências, à medida em que houver necessidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo garantir a proteção do patrimônio material do Congresso Nacional, a manutenção da ordem e a prevenção de ocorrências graves que coloquem em risco a incolumidade física dos policiais e dos parlamentares em dias de manifestações populares e de grandes eventos cívicos realizados na Esplanada dos Ministérios. Tal objetivo encontra-se alinhado ao Protocolo Tático Integrado das Manifestações (PrTI), que incumbiu à Polícia Legislativa do Senado Federal, em conjunto com o Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados, o dever de policiamento e de proteção do patrimônio, desde a guia que divide o gramado do Congresso Nacional com a Alameda dos Estados, até os jardins dos respectivos anexos.

1.2.1.2. Tendo em vista a elevada relevância do Congresso Nacional no panorama político do País, vários grupos representativos da sociedade adotam o órgão legislativo federal como palco para realização de grandes mobilizações populares. Em alguns desses eventos, houve caso de diversos policiais legislativos e policiais militares atingidos por objetos lançados por manifestantes que intentaram transpor a faixa de segurança delimitadas pelas barreiras policiais, com possível desígnio de invasão e depredação das dependências do Congresso Nacional.

1.2.1.3. Como exemplo, em 18 de abril de 2017, um grupo de manifestantes contrários à proposta de Reforma da Previdência tentou invadir a Chapelaria, quebrou vidraças do prédio e entrou em confronto com a polícia legislativa. Em 25 de abril do mesmo ano, manifestantes contrários ao Governo Federal, com reivindicações relacionadas à demarcação de terras, lançaram flechas contra policiais legislativos que realizavam a contenção do grupo. Por fim, outro caso notório foi o ocorrido em 8 de janeiro de 2023, quando uma multidão de manifestantes insatisfeitos com as repercussões do processo eleitoral de 2022 invadiu os prédios sedes dos Três Poderes e vandalizou suas instalações, o que resultou em danos materiais de altas proporções.

1.2.1.4. Desse modo, desde 2016, o Congresso Nacional tem preventivamente adotado a instalação de barreiras físicas provisórias para evitar a geração de dano ao patrimônio público, bem como





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

ameaças à incolumidade física das pessoas que transitam neste local. Destaca-se, como exemplo da efetividade da presente contratação, tentativa frustrada de ocupação da marquise onde se localizam as cúpulas do Congresso Nacional por um grupo de manifestantes denominado “300 do Brasil”, em 13 de junho de 2020, após seu acampamento ter sido desmontado pelo Governo do Distrito Federal. Na ocasião, o gradil conteve grande parte dos manifestantes e viabilizou a rápida negociação e liberação da área pela Secretaria de Polícia.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. A quantidade a ser contratada foi definida com base no histórico de utilização das três últimas contratações para o mesmo objeto, a saber: RP nº 8/2022, RP nº 14/2023 e RP nº 1/2024 (vigente). Em todas essas contratações foi adotado o mesmo quantitativo ora solicitado, correspondente a 270.000 metros lineares/dia, parâmetro que se mostrou adequado para garantir a disponibilidade do objeto sempre que demandado.

1.2.2.2. Ainda que, até o momento, tenha sido realizado o acionamento de apenas 48% do total contratado na RP nº 1/2024 (129.904 m/dia), o contrato permanece vigente até janeiro e há possibilidade de novos acionamentos que elevem esse percentual. Nas contratações anteriores, a utilização foi mais expressiva, alcançando 82% na RP nº 14/2023 (222.658 m/dia) e 93% na RP nº 8/2022 (251.830 m/dia). Esses números evidenciam a imprevisibilidade da demanda, mas também confirmam a adequação da quantidade estimada, pois não houve registros de insuficiência do quantitativo e, em anos de maior necessidade, o saldo foi amplamente utilizado.

1.2.2.3. A manutenção da quantidade contratada também leva em consideração o cenário político atual, marcado por intensa polarização e alta possibilidade de mobilizações sociais de grande porte, em especial no período pré-eleitoral, o que justifica a necessidade de manter saldo suficiente para garantir a execução do Protocolo Tático Integrado das Manifestações (PrTI) e assegurar a proteção do perímetro por período razoável de tempo. Ressalta-se, por fim, que eventual saldo não utilizado não gera ônus para a Administração, por tratar-se de contratação via Sistema de Registro de Preços, que garante eficiência e economicidade.

1.2.2.4. Assim, conclui-se que a manutenção da estimativa de 270.000 metros lineares/dia é adequada, proporcional e estratégica, garantindo segurança na contratação, previsibilidade para a Administração e capacidade de pronta resposta diante de cenários de alta demanda.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. Para dar continuidade ao trabalho preventivo de segurança feito pela Secretaria de Polícia, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação de serviços de locação de equipamentos de contenção é a que melhor atende à Administração, dada a volatilidade da necessidade de utilização de estruturas dessa natureza. Segundo a dinâmica do Sistema de Registro de Preços, o emprego das grades de contenção pode ser adotado conforme as demandas de segurança se apresentem.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

1.2.3.2. Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que há várias empresas no mercado aptas a prestar os serviços nos termos definidos.

1.2.3.3. Informa-se que, caso a contratação não venha a ser realizada, a Administração estará sujeita a maior risco de ocorrências graves decorrentes do confronto entre os policiais legislativos e os manifestantes, com risco de dano à incolumidade física dos envolvidos, de depredação do patrimônio público, bem como de embaraço à normalidade dos trabalhos legislativos.

1.2.3.4. Por fim, cumpre ressaltar que, com a contratação do objeto deste Termo de Referência, espera-se garantir a manutenção da ordem durante a realização de manifestações populares nos entornos do Congresso Nacional.

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação:

Nº ARP	Objeto	Término da vigência
RP 1/2024	Locação de grade de alambrado com escoramento, incluídos os serviços de montagem e desmontagem, para manifestações e eventos na área do Congresso Nacional e adjacências.	16/01/2026

1.2.5. O histórico de contratações para este objeto sinaliza a necessidade de algumas melhorias para a presente contratação, especialmente a substituição do instrumento contratual de formalização do ajuste pela formalização por meio de nota de empenho. Tal substituição se justifica em razão do tempo requerido para a formalização do ajuste mediante instrumento contratual se mostrar incompatível com a urgência das demandas que justifiquem o acionamento da ARP.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

2. Dispensa do Estudo Técnico Preliminar

2.1. Em que pese o Estudo Técnico Preliminar (ETP) seja, em regra, obrigatório para todas as contratações pretendidas pelo Senado Federal, há hipóteses em que o documento poderá ser dispensado, elencadas no §1º do art. 3º do Anexo II do Ato de Diretoria-Geral nº 14/2022.

2.2. A contratação do serviço de locação de grades de contenção enquadra-se na hipótese de ETP dispensado, de acordo com a Relação de Objetos Contratáveis, em razão da padronização do objeto, nos termos do art. 3º, §1º, III, do Anexo II do ADG nº 14/2022.

2.3. A Secretaria de Polícia já instruiu diversos processos de contratação do serviço de locação de grades de contenção, com padronização e histórico de consumo consolidados no decorrer dos últimos anos, por meio da realização de pregões eletrônicos, cujo critério de adjudicação é o de menor preço. Observa-se, portanto, que o modelo de contratação, regime de execução e especificação dos objetos adotados nos últimos anos refletem a solução que melhor atende às necessidades da Administração e apresentam o mesmo padrão de exigências, configurando-se a hipótese de dispensa do ETP.

2.4. Ressalta-se que a solicitação de contratação nº 1981, com previsão da dispensa, foi aprovada em deliberação do Comitê de Contratações no dia 30 de junho de 2025.

3. Forma de contratação

3.1. Tipo de contratação

3.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

3.2. Modalidade de licitação

3.2.1. Será adotada a modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

3.3.1. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

3.3.2. O fato de não ser possível antecipar o momento em que se serão promovidas manifestações populares de grande vulto nas imediações do Congresso Nacional, ou tampouco sua duração, configura a imprevisibilidade da demanda pelo objeto.

3.3.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado que o preço permanece vantajoso.

3.3.4. Cumpre informar que o SENADO será o único contratante para esta licitação.

3.4. Critério de julgamento da contratação

3.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

3.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

3.5. Critério de adjudicação da contratação

3.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “por item”, tendo em vista a existência de um único item a ser licitado e este critério estar de acordo com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União c/c art. 40, inciso V, alínea “b”, e §3º; e art. 47, inciso II, e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Participação ou não de consórcios de empresas

3.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

3.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

3.7.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

3.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

3.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

3.8.2. Em que pese haver itens/grupos com valor estimado acima de R\$ 80.000,00, seu objeto não é a aquisição de bens de natureza divisível, pois trata-se de prestação de serviço de locação.

4. Requisitos do fornecedor

4.1. Capacidade Técnica

4.1.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

4.1.2. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, a fim de mitigar o risco da futura contratação e pelas seguintes razões:

4.1.2.1. Garantia de qualidade: a experiência prévia demonstra que o fornecedor possui um histórico de sucesso na execução desse tipo de serviço, o que aumenta a confiança de que o trabalho será realizado com qualidade e eficiência.

4.1.2.2. Segurança: a instalação de grades de alambrado para isolar áreas durante manifestações populares é uma questão crítica de segurança, de modo que a experiência prévia indica que o fornecedor está familiarizado com as complexidades de tais operações e pode lidar com situações imprevisíveis de maneira segura.

4.1.2.3. Melhor planejamento: a experiência prévia assegura que o fornecedor seja capaz de desenvolver planos e estratégias mais eficazes para lidar com acionamentos urgentes.

4.1.2.4. Tempo de execução: fornecedores experientes geralmente são capazes de concluir o trabalho de forma mais eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.

4.1.2.5. Prevenção de riscos: a exigência de experiência prévia ajuda a prevenir riscos associados à contratação de fornecedores inexperientes, os quais podem incorrer em problemas operacionais e atrasos, repercutindo num aumento do risco de dano ao patrimônio público e à continuidade da





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

atividade legislativa em caso de perda do controle de aglomerações de manifestantes politicamente motivados.

4.1.3. Para a definição do percentual mínimo a ser comprovado no atestado, o Órgão Técnico levou em consideração os seguintes fatores:

4.1.3.1. O limite estabelecido pela jurisprudência do TCU e pelo inciso III do §5º do art. 8º do ADG 14/2022 é de 50% (cinquenta por cento);

4.1.3.2. O percentual fixado deve ser compatível com o modo de execução do objeto, de forma que, em sendo o fornecimento parcelado ou por registro de preços, a média sugerida é de 15% a 25%.

4.1.3.3. No histórico de acionamentos da ARP 1/2024, quantidade máxima de dias subsequentes em que se necessitou da instalação das grades de alambrado foi de 12 (doze) dias, o que corresponde a cerca de 6% dos 180 dias que se estimam cobertos pelo serviço de locação das grades no período de um ano, de modo que o limite inferior sugerido para fornecimento por registro de preços é razoável para demonstrar que o futuro fornecedor será capaz de operacionalizar a prestação do serviço em cada acionamento isolado.

4.1.4. Portanto, deverá a licitante apresentar:

4.1.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, serviços de locação de equipamentos similares, em características e quantidades, ao objeto desta licitação.

a) Quanto às características, considera-se similar a execução dos serviços de locação e instalação de qualquer tipo de material ou equipamento de contenção de tumultos e manifestações, não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no **Anexo I** deste TR.

b) Quanto ao quantitativo, considerar-se-á compatível o fornecimento de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do quantitativo total para o objeto especificado no **Anexo I** deste TR.

c) Para a comprovação do quantitativo estabelecido acima, será admitido o somatório de atestados.

d) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

4.1.5. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

4.1.6. Qualificação econômico-financeira

4.1.6.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4.1.6.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

4.1.6.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

4.2. Necessidade de apresentação de amostras

4.2.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da licitante vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

5. Formalização, prazo de vigência e possibilidade de prorrogação

5.1. Formalização do ajuste

5.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de Ata de Registro de Preços, tendo em vista não ser possível antecipar o momento da necessidade de instalação das grades, tampouco a duração da prestação do serviço.

5.1.2. Cada acionamento será formalizado da seguinte maneira:

5.1.2.1. Por meio de nota de empenho, para os acionamentos dentro do limite de dispensa de licitação.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

5.1.2.2. Por meio de contrato, para acionamentos acima do limite de dispensa de licitação.

5.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

5.2.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste TR será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), **podendo ser prorrogado por igual período**, com renovação dos quantitativos, desde que comprovado que o preço é vantajoso; ou até o término das quantidades registradas.

5.2.1.1. As avenças decorrente da Ata de Registro de Preços objeto deste termo de referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, ou até a execução plena do objeto, aquela que ocorrer primeiro.

5.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua vigência.

6. Modelo de gestão

6.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

6.1.1. Indica-se, conforme determina o art. 10, I, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14 de 2022, como gestor da avença o titular do Serviço de Projetos Estratégicos (SEPROJE), como gestor substituto a servidora Aline Sayuri Moritsugu Martins, matrícula 257166, e como fiscal da avença a servidora Beatriz Alves de Mancilha, matrícula 413220.

6.2. Forma de comunicação entre as partes

6.2.1. A comunicação entre o SENADO e o fornecedor beneficiário se dará pelo endereço eletrônico seproje@senado.leg.br.

7. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

7.1. O fornecedor beneficiário executará os serviços objeto deste Termo de Referência, compreendendo o fornecimento de grade de alambrado com escoramento, incluídos os serviços de montagem e desmontagem, na medida em que houver necessidade, no prazo de 2 (dois) dias corridos,





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

a contar do recebimento da ordem de serviço acompanhada da nota de empenho, ou a contar da assinatura do contrato, quando cabível.

8. Obrigações do fornecedor beneficiário

8.1. São obrigações da Contratada/fornecedor beneficiário, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

8.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

8.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

8.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

8.1.4. manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

8.1.5. manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

8.1.6. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

8.1.7. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

8.1.8. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

8.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada/fornecedor beneficiário e a ela vinculados.

8.2.1. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

9. Obrigações da contratante

9.1. Caso ocorram danos estruturais aos materiais de contenção que impossibilitem o seu uso, o Senado Federal será responsável civilmente pela indenização do material danificado.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

9.2. Eventuais alterações na pintura e na estética dos materiais de contenção não são consideradas danos, pois são ocorrências intrínsecas à natureza do uso do objeto.

9.3. As demais obrigações da Contratante serão as usualmente definidas na minuta padrão do Senado Federal.

10. Regime de execução

10.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser prestados na Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, devendo o arranjo de grades ser montado conforme representação gráfica encaminhada por mensagem de correio eletrônico.

10.2. A ordem de serviço será emitida pelo gestor do contrato e entregue à Contratada/fornecedor beneficiário, via mensagem eletrônica, na medida em que houver necessidade.

10.3. A ordem de serviço deverá ser recebida pela Contratada/fornecedor beneficiário diretamente do gestor do contrato, a qual indicará detalhadamente o quantitativo linear, o local, a data e o horário de entrega das grades de alambrado instaladas, bem como a quantidade de dias que deve permanecer no local.

10.4. Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

10.4.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à Contratada/fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, contadas do recebimento da notificação por escrito;

10.4.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a Contratada/fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

prazo máximo de 4 (quatro) horas, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.5. Ao SENADO não caberá qualquer ônus adicional pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

10.6. Caberá à Contratada/fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

11. Condições de recebimento do objeto

11.1. Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

11.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

11.1.2. definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

12. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

12.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

12.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

12.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

12.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

12.2. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

13. Forma de pagamento

13.1. O pagamento efetuar-se-á, a cada acionamento, por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada/fornecedor beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso,





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

13.2. A metodologia adotada para cálculo do pagamento dos serviços se dará pela extensão (em metros) do item empregado pelos dias em que estiver efetivamente em utilização, não compreendendo os dias para montagem, desmontagem e retirada do artefato.

14. Condições de reajuste

14.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração do contrato, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

15. Garantia contratual

15.1. Não se exigirá garantia contratual, devido à adoção do Sistema de Registro de Preços, bem como em razão de o prazo do fornecimento/prestação ser inferior a 30 (trinta) dias corridos ou não haver previsão de obrigações futuras a serem adimplidas, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16. Plano de contratações

16.1. Esta contratação foi aprovada pelo Comitê de Contratações do Senado Federal e encontra-se prevista no item “Contratação 20250297 - Locação de grades de contenção”.

17. Responsável pela elaboração do TR

(Assinado eletronicamente)

Beatriz Alves de Mancilha

Serviço de Projetos Estratégicos

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Aline Sayuri Moritsugu Martins

Serviço de Projetos Estratégicos





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Gilvan Viana Xavier

Diretor da Secretaria de Polícia em substituição





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

ANEXO I

1. Especificações técnicas do objeto

1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
1	270.000	Metro linear por dia	<p>Grade de alambrado (contenção) para locação ao Senado Federal, a ser instalada nos entornos do Congresso Nacional, incluindo serviço de montagem e desmontagem, com as seguintes características:</p> <p>Grade de contenção confeccionada em ferro ou em aço, com moldura externa em tubo de, no mínimo, 1 ¼ de polegada; altura: de 110 a 150 centímetros; base perpendicular à linha da grade de contenção com mínimo de 40 centímetros de largura; distância máxima entre as barras das grades internas de 18 centímetros; barras das grades internas confeccionadas em tubo de, no mínimo, ¾ de polegada; as grades de contenção deverão ser dotadas de sistema de encaixe que permita serem conectadas umas às outras; a grade de contenção deverá ser fixada ao solo com pino(s) e escorada ao solo pelo lado contrário ao público (lado interno da área a ser isolada), com uma haste de ferro ou aço.</p>	16675

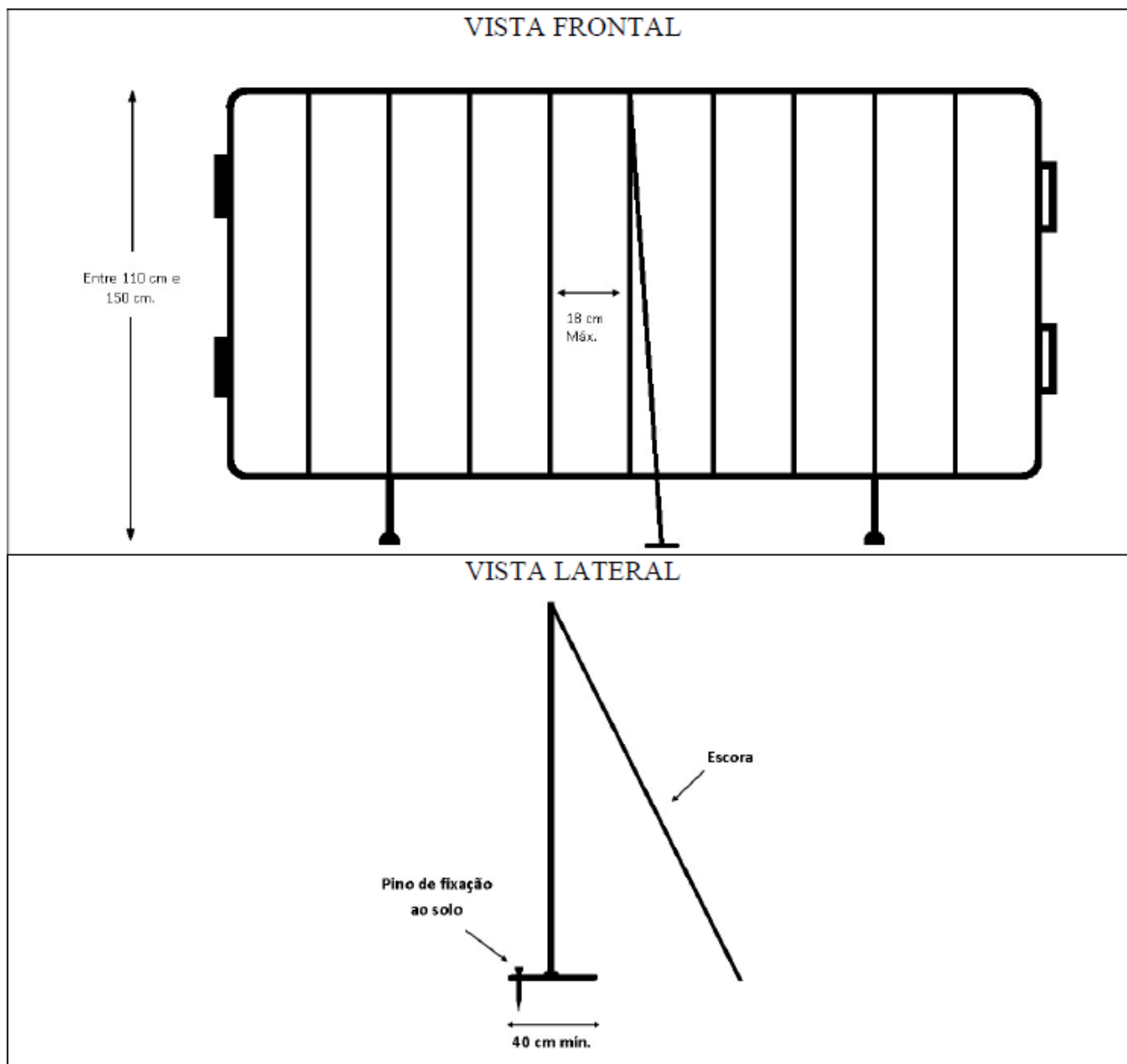
1.2. No caso de divergência entre as unidades de medidas cadastradas no sistema Comprasnet e as constantes do edital, prevalecem as últimas.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

1.3. Representação gráfica da grade de alambrado, com escoramento e fixação ao solo:





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

2. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.1. Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

ANEXO II

1. Valor estimado da contratação

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Metro linear por dia	270.000	Grade de alambrado (contenção) para locação ao Senado Federal, a ser instalada nos entornos do Congresso Nacional, incluindo serviço de montagem e desmontagem	3,75	1.012.500,00

VALOR TOTAL ESTIMADO	1.012.500,00
----------------------	--------------

1.1. Para estimar o valor da contratação, foram obtidos preços públicos para o objeto por meio da ferramenta Banco de Preços. Esclarece-se que, apesar da unidade de medida ser descrita na plataforma de diferentes formas, todas correspondem à unidade de medida adotada por este órgão técnico, conforme aferido nas especificações dos itens.

1.2. Além dos preços públicos encontrados, foram consultadas empresas atuantes no mercado de locação de equipamentos para eventos, incluindo grades de alambrado. Entretanto, em comparação com os valores de contratações públicas do último ano, os preços apresentados pelas empresas demonstraram-se bastante elevados, possivelmente em razão da dinâmica de lances no pregão, cuja fase competitiva encerra-se com valores consideravelmente menores em comparação com aqueles inicialmente apresentados (vide, por exemplo, o valor atualmente contratado pelo Senado Federal). Portanto, com o objetivo de alcançar um valor estimado compatível com a realidade do mercado, este órgão técnico optou por desconsiderar os preços obtidos diretamente das empresas fornecedoras e ater-se aos preços públicos, que se mostram mais confiáveis e condizentes com os valores efetivamente praticados pelo mercado.

1.3. Quanto ao coeficiente de variação dos preços, superior a 25%, entende-se que tal dispersão deu-se em razão da discrepância do valor atualmente contratado pelo Senado Federal em comparação aos demais, possivelmente graças a uma elevada competitividade no último pregão para o mesmo objeto, que reduziu o preço final do item. Apesar dessa variação, este órgão técnico avalia que a mediana





SENADO FEDERAL
Secretaria de Polícia

dos preços obtidos reflete a realidade do mercado em um cenário de livre concorrência, resultando em um preço estimado total compatível com o acervo de preços públicos aferidos.

